

Valor agregado fica no Centro-Sul

Cláudia Trevisan
De São Paulo

O Pará é responsável por 4,5% das exportações brasileiras, mas absorve só 3,5% do valor agregado gerado pelas vendas externas do país. Em São Paulo a relação é inversa: o Estado contribui com 35,4% das exportações totais, mas fica com 37,0% do valor adicionado produzido por elas.

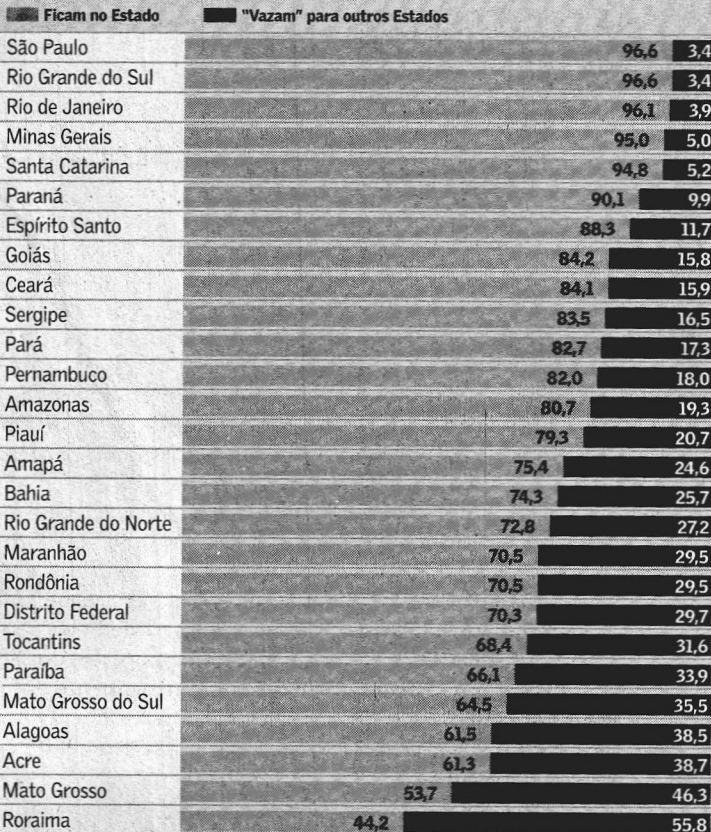
As conclusões são do estudo "Interdependência Estadual das Exportações Brasileiras", que mostra o grau de transferência de renda que existe entre unidades da federação na produção de bens para a exportação. O trabalho mostra que os Estados do centro-sul do país absorvem uma parcela de valor agregado dos bens exportados superior à sua contribuição para as vendas externas. Isso significa que eles têm participação na produção de outros Estados, por meio do fornecimento de insumos e presença na cadeia produtiva.

A distância entre os Estados "dependentes" e os "não-dependentes" é ainda maior se for considerado apenas o valor agregado de forma indireta, com exclusão do processo final de produção. Neste caso, a participação do Pará na absorção de valor adicionado cai de 3,5% para 1,0%. E a de São Paulo sobe de 37,0% para 39%. Isso significa que o Pará transfere para outros Estados parte da renda decorrente da agregação de valor aos produtos que vende ao exterior.

"As exportações paulistas tendem a concentrar todo o benefício indireto no próprio Estado, enquanto as do Nordeste beneficiam outras regiões", diz Eduardo Haddad, coordenador de pes-

Absorção de valor agregado das exportações

Por Estado — em %



Fonte: "Interdependência Estatal das Exportações Brasileiras"

quisas da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), que realizou o estudo junto com Bernardo Diniz, Bruno de Paula Rocha e Adriana da Silveira.

Os números citados até agora são relativos ao volume global de exportações. Se forem consideradas apenas as vendas externas de cada Estado, a desproporção pode ser ainda maior. O caso mais extremo é o de Roraima, que absorve apenas 44,2% do valor agregado na produção dos produtos que exporta. Os demais 55,8% "vazam" para outros Estados. Se

for excluído o processo final de fabricação e considerado apenas o efeito indireto (da compra de insumos e serviços) há um abismo: Roraima fica com 3,5% do valor agregado e transfere 96,5% a outras unidades da federação.

Os Estados mais beneficiados com esse "vazamento" são os do centro-sul do país. No caso de Roraima, São Paulo absorve 44,6% do valor agregado que é gerado fora do Estado —um indício da enorme dependência do Estado do Norte de bens fabricados em São Paulo para a elaboração dos

produtos que exporta.

"A competitividade do Brasil passa direta ou indiretamente pelo Sudeste", observa Haddad, para quem esta é uma das principais conclusões do estudo. Com o alto custo e as deficiências do transporte no país, esse grau de dependência acaba afetando a competitividade de produtos fabricados no Norte e Nordeste.

Para Haddad, o caminho para essas regiões diminuiriam a transferência de renda para outros Estados é a atração de fornecedores de insumos e serviços para seu território. O pesquisador cita como exemplo de sucesso a "mineirização" da Fiat nos anos 70. Com a instalação da montadora no Estado, houve uma política coordenada entre os setores público e privado para a atração de fornecedores. Hoje, Minas está em quarto lugar no ranking dos Estados que mais absorvem valor agregado nas exportações totais do país, com 95%.

Exemplo das disparidades regionais brasileiras, o estudo será apresentado no 2º Encontro Brasileiro de Estudos Regionais, que acontece hoje e amanhã em São Paulo. Organizado pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo e a Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, o encontro terá 42 plenárias, com apresentação de teses de acadêmicos de distintas regiões do país.

Para definir o grau de interdependência dos Estados, Haddad e seus colegas elaboraram uma matriz interestadual insumo-produto, com base em dados de 1996. Segundo ele, simulações indicam que a situação continua praticamente inalterada. "Além

de mostrar o grau de dependência entre os Estados, a matriz permite definir outras coisas, como o impacto de investimentos em determinada região sobre o restante do país", observa.

A concentração dos fornecedores de insumos na região centro-sul do país também é apontada na pesquisa "As Estruturas Industriais dos Estados Brasileiros nas Últimas Três Décadas", de Filipe Lage de Souza, que será apresentada no encontro. Funcionário do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Souza demonstra que o grau de concentração no setor de insumos supera o dos segmentos tecnológico e de fabricantes de bens de consumo final.

O pesquisador sustenta que a indústria brasileira passou por um processo de desconcentração nas últimas três décadas, provocado por investimentos em infra-estrutura (nos anos 70 e 80) e a abertura da economia (85 a 97).

Mas os dados indicam que a indústria ainda tem um grau de concentração superior ao da renda. Para comprovar essa tese, Souza utilizou o índice Gini, que serve para medir o nível de concentração de diferentes indicadores. Quanto mais próximo de 1 for o índice, maior é a concentração. "O Gini para concentração de renda no Brasil é próximo de 0,6, enquanto o relativo à concentração industrial é de 0,79", destaca o pesquisador.

Segundo Souza, o processo de desconcentração industrial poderá ser acentuado com investimentos em infra-estrutura, que permitam o surgimento de empreendimentos em regiões distantes do centro-sul.